

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022 e o relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Linhas de Transmissão do Itatim S.A** (“Itatim” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A Companhia

A Itatim é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Grupo SGBH”), desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	911,71
Tensão em kV:	440/230/138
Subestações:	10

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ R\$ 88.065 (oitenta e oito milhões e sessenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 78.819 (setenta e oito milhões, oitocentos e dezenove mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	2022	2021
• Liquidez geral	16,86	17,36
• Liquidez corrente	3,38	3,47
• Relação patrimônio líquido/ativo	94,07%	94,24%
• Relação passivo não circulante/ativo	3,21%	3,28%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	8,70%	8,00%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	9,07%	8,32%
Ativo total	474.880	481.352
Lucro líquido do exercício	38.860	36.284

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão do Itatim S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

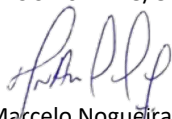
Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.254	25.612
Concessionárias e permissionárias	8	8.743	7.394
Contas a receber - partes relacionadas	25	588	244
Estoques	9	4.885	4.980
Adiantamento a fornecedores		118	68
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		192	160
Impostos a recuperar		410	42
Outros ativos circulantes		3.409	3.016
		43.599	41.516
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	5.080	-
Imobilizado não vinculado à concessão	11	1.303	1.563
Imobilizado	11	389.299	403.641
Intangível	12	35.599	34.632
		431.281	439.836
Total do ativo		474.880	481.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		711	498
Fornecedores - partes relacionadas	25	2.435	3.449
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	1.036	626
Outros impostos a pagar	13	1.124	704
Taxas regulamentares	14	5.746	5.052
Dividendos propostos	17	155	400
Outros passivos circulantes		1.695	1.224
		12.902	11.953
Passivo não circulante			
Outros passivos não circulantes	16	15.264	15.771
		15.264	15.771
Patrimônio líquido	17		
Capital social		411.360	411.360
Reserva de Lucros		91.485	121.754
Reserva Legal		13.002	12.186
Prejuízo acumulado		(69.133)	(91.672)
		446.714	453.628
Total do passivo e do patrimônio líquido		474.880	481.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	78.461	75.026
Custo da operação	19	<u>(30.369)</u>	<u>(29.505)</u>
Lucro bruto		48.092	45.521
Despesas gerais e administrativas	20	(7.314)	(7.264)
Outras (despesas)/receitas operacionais		<u>(266)</u>	<u>(529)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		40.512	37.728
Resultado financeiro	22	<u>2.579</u>	<u>1.909</u>
Receita financeira		3.086	2.082
Despesa financeira		(507)	(173)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>43.091</u>	<u>39.637</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	<u>(4.231)</u>	<u>(3.353)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>38.860</u></u>	<u><u>36.284</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	38.860	36.284
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>38.860</u>	<u>36.284</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros			Total
			Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	411.360		10.081	131.811	(85.839)	467.413
Dividendos intermediários (nota explicativa 17)	-	-	-	(49.669)	-	(49.669)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.284	36.284
Constituição da reserva legal (nota explicativa 17)	-	-	2.105	-	(2.105)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 17)	-	-	-	39.612	(39.612)	-
Dividendos Propostos (nota explicativa 17)	-	-	-	-	(400)	(400)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	411.360		12.186	121.754	(91.672)	453.628
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.860	38.860
Constituição da reserva legal (nota explicativa 17)	-	-	816	-	(816)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 17)	-	-	-	(30.269)	30.269	-
Dividendos Propostos (nota explicativa 17)	-	-	-	-	(155)	(155)
Dividendos intermediários (nota explicativa 17)	-	-	-	-	(45.619)	(45.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	411.360		13.002	91.485	(69.133)	446.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		43.091	39.637
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		16.079	15.898
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		(64)	-
Baixa de imobilizado e intangível	11/12	719	-
Amortização - Obrigações especiais		(507)	(507)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	368	(128)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(1.718)	1.242
Contas a receber - partes relacionadas		(344)	298
Imobilizado e Intangível	11/12	215	-
Estoques		95	(156)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(31)	2.624
Outros impostos a recuperar		(367)	(3)
Adiantamentos a fornecedores		(50)	837
Outros ativos		(393)	(1.223)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(800)	(371)
Tributos e contribuições sociais		8.329	(259)
Taxas regulamentares		694	129
Outros passivos		463	300
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		65.779	58.318
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(3.352)	(1.428)
Outros impostos pagos		(8.375)	(1.622)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		54.052	55.268
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	11/12	(3.312)	(3.309)
Aplicação títulos e valores mobiliários		(5.080)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(8.392)	(3.309)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	17	(46.018)	(49.982)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(46.018)	(49.982)
(Redução)/Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(358)	1.977
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		25.612	23.635
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		25.254	25.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Itatim” e/ou “Companhia”) é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Ribeirão Preto – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia iniciou suas operações conforme abaixo:

Trecho	Início da operação
SEs Ilha Solteira II, Inocência e ampliação da Ilha Solteira I	05/11/2010
Rede Básica 230kV/440kV	05/11/2010
Subestação Rebaixadora (SE Chapadão)	29/12/2011
Chapadão - Guatambu, Costa Rica e Indaiá Grande	29/12/2011
Canteiros de Obras Chapadão do Sul (LO Canteiros)	29/12/2011
SE Guatambu	05/03/2012
SE Chapadão – SE Porto das Águas	26/04/2012

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

As atividades da Companhia estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 007/2009, firmado com a ANEEL em 23 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

Os equipamentos e instalações relativos ao Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e ao Interesse Exclusivo e Caráter Individual de Centrais de Geração (IEG) deverão ser transferidos à concessionária de distribuição local, sem ônus, em 1º de julho de 2025, excetuados os transformadores integrantes das ICG e suas conexões. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 912 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 31.334 (trinta e um milhões, trezentos e trinta e quatro mil reais) (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 72.886 (setenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 78.819 (setenta e oito milhões, oitocentos e dezenove mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 88.065 (oitenta e oito milhões e sessenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 11 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

3.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes – (alteração do CPC 26 (R1))

– As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis regulatórias no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

6 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		43.599	63.210	106.809	41.516	61.794	103.310
Caixa e equivalentes de caixa		25.254	-	25.254	25.612	-	25.612
Concessionárias e permissionárias		8.743	-	8.743	7.394	-	7.394
Contas a receber – partes relacionadas		588	-	588	244	-	244
Adiantamentos a fornecedores		118	-	118	68	-	68
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		192	-	192	160	-	160
Outros impostos a recuperar		410	-	410	42	-	42
Estoques		4.885	-	4.885	4.980	-	4.980
Ativos de contrato	a	-	63.210	63.210	-	61.794	61.794
Outros ativos circulantes		3.409	-	3.409	3.016	-	3.016
Ativo não circulante		431.281	1.694	432.975	439.836	1.368	441.204
Títulos e valores mobiliários		5.080	-	5.080	-	-	-
Ativos de contrato	a	-	424.961	424.961	-	438.884	438.884
Imobilizado não vinculado à concessão		1.303	-	1.303	1.563	-	1.563
Imobilizado	b	389.299	(388.941)	358	403.641	(403.166)	475
Intangível	b	35.599	(34.326)	1.273	34.632	(34.350)	282
		474.880	64.904	539.784	481.352	63.162	544.514

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
*Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022 com relatório do
auditor independente*

Nota	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	12.902	-	12.902	11.953	-	11.953
Fornecedores terceiros	711	-	711	498	-	498
Fornecedores partes relacionadas	2.435	-	2.435	3.449	-	3.449
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.036	-	1.036	626	-	626
Outros impostos a pagar	1.124	-	1.124	704	-	704
Taxas regulamentares	5.746	-	5.746	5.052	-	5.052
Dividendos propostos	155	-	155	400	-	400
Outros passivos circulantes	1.695	-	1.695	1.224	-	1.224
Passivo não circulante	15.264	57.976	73.240	15.771	33.695	49.466
Impostos diferidos	-	57.976	57.976	-	33.695	33.695
Outros passivos não circulantes	15.264	-	15.264	15.771	-	15.771
Patrimônio líquido	446.714	6.928	453.642	453.628	29.467	483.095
Capital social	411.360	-	411.360	411.360	-	411.360
Reserva de lucros	91.485	(62.205)	29.280	121.754	(62.205)	59.549
Reserva legal	13.002	-	13.002	12.186	-	12.186
Prejuízo acumulado	(69.133)	69.133	-	(91.672)	91.672	-
	474.880	64.904	539.784	481.352	63.162	544.514

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
*Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022 com relatório do
auditor independente*

	31/12/2022			31/12/2021		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	78.461	(39.388)	39.073	75.026	(7.419)	67.607
Custo da operação	<u>(30.369)</u>	<u>14.247</u>	<u>(16.122)</u>	<u>(29.505)</u>	<u>13.016</u>	<u>(16.489)</u>
Lucro bruto	48.092	(25.141)	22.951	45.521	5.597	51.118
Despesas gerais e administrativas	(7.314)	-	(7.314)	(7.264)	-	(7.264)
Outras (despesas) / receitas operacionais	<u>(266)</u>	<u>-</u>	<u>(266)</u>	<u>(529)</u>	<u>-</u>	<u>(529)</u>
Resultado antes do resultado financeiro	40.512	(25.141)	15.371	37.728	5.597	43.325
Resultado financeiro	<u>2.579</u>	<u>-</u>	<u>2.579</u>	<u>1.909</u>	<u>-</u>	<u>1.909</u>
Receita financeira	3.086	-	3.086	2.082	-	2.082
Despesa financeira	<u>(507)</u>	<u>-</u>	<u>(507)</u>	<u>(173)</u>	<u>-</u>	<u>(173)</u>
Lucro antes dos impostos	43.091	(25.141)	17.950	39.637	5.597	45.234
IRPJ e CSLL correntes	(4.231)	-	(4.231)	(3.353)	-	(3.353)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>-</u>	<u>2.600</u>	<u>2.600</u>	<u>-</u>	<u>236</u>	<u>236</u>
Lucro líquido do exercício	<u>38.860</u>	<u>(22.541)</u>	<u>16.319</u>	<u>36.284</u>	<u>5.833</u>	<u>42.117</u>

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido societário	<u>453.642</u>	<u>483.095</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(488.171)	(500.678)
Imobilizado	388.941	403.166
Intangível	34.326	34.350
Impostos diferidos passivos	57.976	33.695
Patrimônio Líquido regulatório	<u>446.714</u>	<u>453.628</u>

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido conforme contabilidade societária	<u>16.319</u>	<u>42.117</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(49.315)	(50.272)
Margem de construção	71.563	65.166
Outras receitas	(8.823)	(4.596)
PIS/COFINS Diferido	26.881	(281)
Depreciação regulatória	(15.165)	(15.614)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(2.600)	(236)
Lucro líquido regulatório	<u>38.860</u>	<u>36.284</u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa		1
Banco	353	419
Aplicações financeiras (i)	24,901	25.192
	25.254	25.612

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 102,72% do CDI em 2022 e de 102,10% do CDI em 2021. Apesar de ter sido pago um valor menor de dividendos comparado ao exercício anterior, a variação refere-se a mais pagamentos de impostos, gerando uma sobra de caixa menor no final do exercício de 2022.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	8.257	6.821
Vencidas até 30 dias	10	7
Vencidas até 60 dias	2	2
Vencidas até 90 dias	5	2
Vencidas até 120 dias	7	2
Vencidas até 180 dias	345	2
Vencidas há mais de 180 dias	501	574
	9.127	7.410
(-) Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE)	(384)	(16)
	8.743	7.394

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(16)	(144)
Reversão	1	130
Adição	<u>(369)</u>	<u>(2)</u>
Saldo final (i)	<u>(384)</u>	<u>(16)</u>

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

9 Estoque

As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano.

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>4.885</u>	<u>4.980</u>
	<u>4.885</u>	<u>4.980</u>

- (ii) Variação refere-se a consumo das peças de almoxarifado a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano.

10 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva - financiamentos	<u>5.080</u>	<u>-</u>
	<u>5.080</u>	<u>-</u>

O saldo apresentado como não circulante refere-se ao saldo mínimo exigido pelo BNDES durante o prazo de financiamento. A Companhia já quitou integralmente o empréstimo com o BNDES, porém ainda ficaram algumas ações pendentes referentes ao projeto social. Diante disso, o BNDES não emite o termo de quitação e por isso não conseguimos fazer o resgate desta conta, devendo permanecer no não circulante até resolução das pendências.

11 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	548.112	-	(187)	678	548.603	491	(174.198)	374.405	389.489
Terrenos	5.978	-	-	-	5.978	-	-	5.978	5.978
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.872	-	-	-	16.872	-	(6.406)	10.466	11.053
Máquinas e equipamentos	524.423	-	(187)	678	524.914	491	(167.412)	357.502	371.889
Veículos	835	-	-	-	835	-	(379)	456	566
Móveis e utensílios	4	-	-	-	4	-	(1)	3	3
Administração	423	-	-	145	568	145	(234)	334	231
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	140	140	140	(1)	139	-
Máquinas e equipamentos	182	-	-	5	187	5	(161)	26	31
Móveis e utensílios	34	-	-	-	34	-	(33)	1	3
Veículos	207	-	-	-	207	-	(39)	168	197
	548.535	-	(187)	823	549.171	636	(174.432)	374.739	389.720
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	13.675	2.073	(532)	(678)	14.538	863	-	14.538	13.675
Máquinas e equipamentos	1.097	607	-	(678)	1.026	(71)	-	1.026	1.097
Outros	12.578	1.466	(532)	-	13.512	934	-	13.512	12.578
Administração	246	136	(215)	(145)	22	(224)	-	22	246
Máquinas e equipamentos	39	-	(8)	(5)	26	(13)	-	26	39
Outros	207	136	(207)	(140)	(4)	(211)	-	(4)	207
	13.921	2.209	(747)	(823)	14.560	639	-	14.560	13.921
Ativo imobilizado	562.456	2.209	(934)	-	563.731	1.275	(174.432)	389.299	403.641

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
*Demonstrações contábeis regulatórias em
 31 de dezembro de 2022 com relatório do
 auditor independente*

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo não vinculado									
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	2.600	-	-	-	2.600	-	(1.297)	1.303	1.563
Ativo não vinculado	2.600	-	-	-	2.600	-	(1.297)	1.303	1.563

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão (i)	7,81%	548.603	(174.198)	374.405	389.489
Administração (i)	7,51%	568	(234)	334	231
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	2.600	(1.297)	1.303	1.563
		551.771	(175.729)	376.042	391.283

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

Taxas anuais de depreciação e amortização (%)

Imobilizado – transmissão

Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%

Administração

Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Imobilizado não vinculado à concessão

Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

11.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Transmissão	
Máquinas e Equipamentos	607
Veículos	207
Projetos - diversos	1.259
Total das adições	2.073
Administração	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	136
Total das adições	136

11.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SISTEMA DE COMUNICACAO LOCAL - S5735-S48T4X - WITHOUT POWER MODULE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	40
2. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO LOCAL - UNIDADE INTERNA/EXTERNA SPLIT P/T	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	160
3. SISTEMA DE PROTECAO - '241421A2B9X746X0440 CONTROLADO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	336
4. SISTEMA DE MONITORAMENTO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	142
Total das adições		678
Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
5. CONSTRUCAO DE BAIAS - OBRAS DE CONSTRUCAO CIVIL, HIDRAULICA, ELETRICA OU SEMELHANTE	EDIFICAÇÕES	140
6. EQUIP GERAL - FORTIGATE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5
Total das adições		145

11.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Transmissão	Grupo	Valor
1 SISTEMA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA BANCO DE BATERIAS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(187)

12 Intangível

a) Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	34.371	-	-	8	34.379	8	(58)	34.321	34.345
Servidões	34.307	-	-	-	34.307	-	-	34.307	34.307
Softwares	64	-	-	8	72	8	(58)	14	38
Administração	334	-	-	903	1.237	903	(304)	933	134
Softwares	334	-	-	903	1.237	903	(304)	933	134
	34.705	-	-	911	35.616	911	(362)	35.254	34.479
Ativo intangível em curso									
Transmissão	4	8	-	(8)	4	-	-	4	4
Softwares	4	8	-	(8)	4	-	-	4	4
Administração	149	1.095	-	(903)	341	192	-	341	149
Softwares	149	1.095	-	(903)	341	192	-	341	149
	153	1.103	-	(911)	345	192	-	345	153
Ativo Intangível	34.858	1.103	-	-	35.961	1.103	(362)	35.599	34.632

b) Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	31/12/2022			31/12/2021
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão (i)	20,00%	34.379	(58)	34.321	34.345
Administração (i)	20,00%	1.237	(304)	933	134
		35.616	(362)	35.254	34.479

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

	Outros gastos
Transmissão	
Software	8
Total das adições	8
Administração	
Software	1.095
Total das adições	1.095

12.2 As principais adições/transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Transmissão - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
1.	SERVICOS DE IMPLANTANCAO E DESENVOLVIMENTO (P&D) - LICENCA DE USO SOFTWARE GIS	SOFTWARE	8
Total das adições			8
Administração - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
1.	SERVICO DE INSTALACAO DE SISTEMAS	SOFTWARE	137
2.	PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE SISTEMAS	SOFTWARE	89
3.	SERVICO DE INSTALACAO DE SISTEMA	SOFTWARE	80
4.	SERVICO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO	SOFTWARE	77
5.	PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE SISTEMAS	SOFTWARE	75
6.	PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE SISTEMAS	SOFTWARE	73
7.	PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE SISTEMAS	SOFTWARE	71
8.	PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE SISTEMAS	SOFTWARE	61
9.	PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALCACAO DE SISTEMAS	SOFTWARE	51
10.	SERVICO PRESTACAO COM PROTHEUS ERP RELEASES	SOFTWARE	43
Total das adições			757

12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022
 Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2022.

13 Impostos e contribuições sociais

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	1.036	377
CSLL	-	249
	<u>1.036</u> Σ	<u>626</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS (i)	121	42
COFINS (i)	565	193
INSS	224	207
ISS	115	112
Pis/ Cofins/CSLL (PCC)	87	95
Outros	12	55
	<u>1.124</u>	<u>704</u>

- (i) Variação refere-se a alteração do regime de tributação no ano calendário de 2022 para o Lucro Real e consequente mudança de alíquota. Variação no CSLL foi devido ao pagamento antecipado ter sido maior que a provisão, gerando Saldo Negativo.

14 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	1.296	1.288
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	339	336
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	4.111	3.428
	<u>5.746</u>	<u>5.052</u>

(i) **RGR**

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 193 (cento e noventa e três mil reais).

(ii) **TFSEE**

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 330 (trezentos e trinta mil reais).

(iii) **P&D**

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e servidões, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista (i)	1.294	1.196
Fiscal (ii)	102.142	92.837
	<u>103.436</u>	<u>94.480</u>

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados e empregados de terceiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias. O caso mais relevante tem o valor atual de R\$ 539 (quinhentos e trinta e nove mil reais). O feito encontra-se em grau de recurso e aguarda julgamento.
- (ii) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, IRPJ, CSLL, ICMS e ISS. Variação refere-se substancialmente ao aumento do valor da exposição devido ao andamento dos processos 17227-720.125/2020-50, 0141819-87.2018.8.19.0001, 0319174-21.2017.8.19.0001 e 17227-720.123/2020-61, com valores envolvidos de R\$ 42.714 (quarenta e dois milhões, setecentos e quatorze mil reais), R\$ 27.052 (vinte e sete milhões, cinquenta e dois mil reais), R\$ 18.510.768 (dezoito milhões, quinhentos e dez mil reais) e R\$ 13.292 (treze milhões, duzentos e noventa e dois mil reais), respectivamente. Dois dos feitos encontram-se em discussão na via administrativa, e os outros dois na primeira instância do Judiciário.

16 Outros passivos não circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigação Especial (i)	15.264	15.771
	<u>15.264</u>	<u>15.771</u>

- (i) Valores recebidos conforme nona subcláusula da cláusula 6 do contrato de concessão 007/2009 e artigo 4 da resolução homologatória 681/2008 que estabelece a doação compulsória devido ao compartilhamento de subestações pelas centrais geradoras de recursos para custeio das instalações de transmissão de interesse exclusivo.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital subscrito e integralizado da companhia é de R\$ 411.360 (quatrocentos e onze milhões, trezentos e sessenta mil reais) dividido em ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante de R\$ 59.549 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e nove mil reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e pagamento de dividendos intermediários, ficando disponível o montante de R\$ 29.280 (vinte e nove milhões, duzentos e oitenta mil reais).

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício - societário	16.320	42.117
Reserva legal (5%)	(816)	(2.105)
Base de cálculo para os dividendos	15.504	40.012
Dividendo mínimo obrigatório	155	400

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 34.669 (trinta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2020, foi pago em 30 de agosto de 2021 totalizando R\$ 34.982 (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e dois mil reais).

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 45.618 (quarenta e cinco milhões reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2021, foi pago ao longo de 2022 totalizando R\$ 46.018 (quarenta e seis milhões, dezoito mil reais).

18 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta (i)	90.645	81.636
Receita Quota CDE	390	342
Receita Quota PROINFA	101	85
Receita de rateio de antecipação	(1.490)	(278)
Receita de encargos de transmissão	60.435	54.690
Recuperação de PIS e COFINS	5.952	2.098
Receita de novas obras RBNI	117	85
Receita de CCT	24.877	23.367
Outras Receitas Operacionais	8	-
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.825)	(463)
Descontos Incidentes na TUST	3.189	2.074
Indisponibilidade de equipamentos	(1.109)	(364)
Deduções da receita operacional	(12.184)	(6.610)
PIS (ii)	(1.501)	(531)
COFINS (ii)	(6.913)	(2.449)
RGR	(2.271)	(2.164)
P&D	(785)	(750)
CDE	(315)	(345)
TFSEE	(313)	(290)
Quota PROINFA	(86)	(81)
	78.461	75.026

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022.

- (ii) Variação referente a mudança do regime de tributação no ano calendário de 2022 para o Lucro Real e consequente mudança de alíquota.

19 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(11.486)	(10.630)
Material (ii)	(1.297)	(736)
Serviços de terceiros	(1.222)	(1.710)
Tributos	(10)	(23)
Arrendamentos e aluguéis	(20)	(86)
Depreciação e amortização	(15.165)	(15.107)
Seguros	(186)	(163)
Gastos diversos serviços de O&M	(983)	(1.050)
	<u>(30.369)</u>	<u>(29.505)</u>

- (i) Variação refere-se principalmente na inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de rateio res 699/16 de compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos.
- (ii) Variação refere-se principalmente a perda referente a ajuste de inventário no exercício de 2022.

20 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(4.688)	(5.506)
Serviços de terceiros	(702)	(699)
Materiais	(130)	(159)
Arrendamentos e aluguéis	(126)	(124)
Provisão/reversão (ii)	(368)	34
Tributos	(8)	(7)
Depreciação e amortização	(146)	(24)
Taxas bancárias	(249)	(220)
Telecomunicações	(141)	-
Outras	(756)	(559)
	<u>(7.314)</u>	<u>(7.264)</u>

- (i) Variação refere-se principalmente no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos (Rateio res. 699/16).
- (ii) Variação refere-se a provisão para perda de crédito esperada no exercício de 2022 do AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos conforme nota explicativa 8.

21 Despesa com pessoal

Pessoal – Operação	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(7.475)	(7.079)
Encargos	(2.529)	(2.332)
Previdência Privada	(42)	(13)
Outros Benefícios – Corrente	(1.394)	(1.131)
Outros	(46)	(75)
	<u>(11.486)</u>	<u>(10.630)</u>

Pessoal – Administração	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(2.519)	(2.939)
Encargos	(1.028)	(1.154)
Previdência Privada	(14)	(5)
Benefícios	(430)	(529)
Outros	(423)	(477)
Administradores	(274)	(402)
	<u>(4.688)</u>	<u>(5.506)</u>
	<u>(16.174)</u>	<u>(16.136)</u>

22 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	<u>3.086</u>	<u>2.082</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	3.176	1.478
Outras receitas financeiras	60	604
Tributos sobre receitas financeiras	(150)	-
Despesa financeira	<u>(507)</u>	<u>(173)</u>
Variação monetária	(38)	(7)
Outras despesas financeiras	(469)	(166)
	<u>2.579</u>	<u>1.909</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no decorrer do exercício de 2022.

23 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro real)

Como determina o Art. 59 da Instrução Normativa 1.700 de 2017, a Companhia alterou o regime de tributação no ano calendário de 2022 para o Lucro Real, pois excedeu o limite anual de R\$ 78.000 (setenta e oito milhões) de receita total. Conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.951
Adições/Exclusões não dedutíveis	2.438
Ajustes ICPC 01	(2.737)
Lucro Real	<u>17.652</u>
Compensação PF/BN (30%)	(4.889)
Lucro Real (Após Compensação)	<u>12.763</u>

IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(3.082)
IRPJ devido (25%)	(3.082)
CSLL (9%)	(1.149)
	<hr/>
IR e CS correntes	(4.231)
	<hr/> <hr/>
Alíquota efetiva	24%

Conforme quadro abaixo, no exercício de 2021 a apuração da Companhia era feita com base no lucro presumido:

	31/12/2021
Receitas brutas (i)	81.819
	<hr/>
Base de cálculo (8%)	6.545
Outras receitas	2.520
Base de cálculo	9.065
IR devido	(2.243)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	<hr/> -
Total de IRPJ	(2.243)
	<hr/> <hr/>

	31/12/2021
Receita bruta (i)	81.819
	<hr/>
Base de cálculo (12%)	9.818
Outras receitas	2.520
Base de cálculo	12.338
CSLL devida	(1.110)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	<hr/> -
Total de CSLL	(1.110)
	<hr/> <hr/>
Total de IRPJ/CSLL	(3.353)
	<hr/> <hr/>

- (i) A tributação em 2021 era feita com base nas receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorrentes exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 24.1, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.254	25.612
Títulos e valores mobiliários		5.080	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	25	588	244
Concessionárias e permissionárias	8	8.743	7.394
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros		711	498
Fornecedores - partes relacionadas	25	2.435	3.449

24.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às

oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Ativos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente	25.254	25.612
Contas a receber partes relacionadas	588	244
Concessionária e Permissionárias	8.743	7.394

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

25.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	588	244
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	568	224
Intercompany PPTE - Despesas gerais – fundo fixo	20	20

25.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	2.435	3.449
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.423	3.436
Intercompany PPTE - Despesas gerais- fundo fixo	12	13

25.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	(11.269)	(12.530)
Despesa de aluguel (ii)	(11.153)	(99)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(116)	(12.431)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

25.4 Remuneração da Administração (pessoal – Chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

31/12/2022	31/12/2021
------------	------------

Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	507	430
Benefícios diretos e indiretos	89	73
Encargos	302	280
Provisões (13 salário, férias e bônus)	411	421
Valor total da remuneração	1.309	1.204

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

26 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitorar sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	211.529	211.529
Veículos	Carros	1.172	1.044
		232.701	232.573

Ramon Sade Haddad
 Diretor Presidente

Jorge Bauer
 Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
 Contadora - CRC RJ - 103573/O-2